

Gaspar Martins Pereira *

A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea

(Notas para um programa de pesquisa)

1. INTRODUÇÃO

A investigação histórica sobre a viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea confronta-se com problemas bem diversos daqueles que enfrentam os nossos colegas que estudam períodos anteriores.

Em primeiro lugar, dispomos de uma multiplicidade de fontes de informação – importantes fundos arquivísticos públicos e particulares, colecções de estatística, fontes cartográficas, imprensa periódica, excelentes colecções de fotografia, e mesmo, para o período mais recente, a possibilidade de utilização do cinema, de fontes orais, etc. É certo que à abundância de fontes de informação corresponde uma irritante dispersão dos fundos documentais, a desorganização ou má organização dos arquivos, a quase inexistência de instrumentos de pesquisa, para já não falar nas dificuldades de acesso ou mesmo inacessibilidade dos investigadores a alguns dos principais arquivos privados, como acontece com o da Companhia Velha. Por isso temos defendido a criação de um Arquivo Histórico do Vinho do Porto, que possa reunir fundos arquivísticos dispersos, alguns deles em risco de perda ou degradação. Um arquivo temático deste tipo poderia integrar-se perfeitamente num Centro Cultural do Vinho do Porto, que reunisse também um Centro de Documentação (bibliográfica, fotográfica, cartográfica, etc.) e colecções museológicas ligadas à vinha e ao vinho. Será desnecessário destacar aqui o seu interesse quer no plano da investigação quer no plano da divulgação.

Em segundo lugar, a época contemporânea dispõe de uma extensa bibliografia, sem paralelo para os períodos anteriores. Mas esse manancial bibliográfico é não só lacunar (com zonas de sombra sobre muitos aspectos em relação aos quais

* Professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador do GEHVID.

pouco ou nada sabemos) como muito desigual (são abundantes as obras de opinião, em que os objectivos políticos sobrelevam o rigor e os princípios elementares da análise histórica).

Na extensa bibliografia disponível sobre a história do vinho do Porto surpreende sobretudo a quase nula contribuição do labor historiográfico. Para a época contemporânea, os estudos conduzidos por historiadores de formação contam-se pelos dedos, o que decorre também, em grande medida, das dificuldades de acesso às fontes primárias. Mas, se o concurso da historiografia académica é fundamental na construção de uma história de fôlego sobre o vinho do Porto e a sua região produtora, não podemos, neste domínio, dispensar-nos de um activo diálogo interdisciplinar. É que não pode fazer-se uma história do vinhedo e do vinho sem uma grande atenção a fenómenos como o espaço, a organização da propriedade, as estratégias empresariais, a evolução técnica, a dinâmica social, a legislação e a organização institucional, etc., e, em todos esses aspectos, a história só pode beneficiar do diálogo com outros saberes, como a geografia, a economia, a sociologia, a antropologia, a agronomia, a enologia, o direito, etc.

Além disso, a melhor bibliografia disponível tem concentrado as suas atenções no sector comercial e nas formas de intervenção do Estado (entre as melhores e mais recentes contribuições: Sideri, 1978; Barreto, 1988; Martins, 1988 e 1991; Moreira, 1994). Em contrapartida, são bem mais escassos os estudos sobre a evolução da região produtora, as explorações vitícolas, os processos de cultivo, as práticas de vinificação ou as relações entre as empresas exportadoras e os viticultores. Falta-nos ainda uma visão de conjunto, desde a época pombalina até ao período pós-filoxérico, da transformação da estrutura da propriedade e do investimento de capitais portuenses na produção vitícola. Desconhecemos como se processou a desamortização da propriedade eclesiástica, dos vínculos nobiliárquicos e dos baldios, os grupos sociais envolvidos e o impacto social, económico e técnico do processo desamortizador e da transferência da propriedade.

Apesar de dispormos de alguns estudos sobre os processos de cultivo e as práticas de vinificação (Fonseca, 1940; Pereira, 1991), não possuímos ainda ideias fundamentadas sobre muitos aspectos da vitivinicultura duriense neste período. E, se conhecemos relativamente bem a evolução do comércio do vinho do Porto, graças aos estudos exemplares de Conceição Andrade Martins, ignoramos quase por completo as estruturas de comercialização, as estratégias empresariais ligadas ao negócio do vinho, no Porto, na Inglaterra ou no Brasil, a forma como tais empresas se relacionaram com os viticultores e com a Companhia, sendo necessário aprofundar os estudos com base em fontes empresariais, como os que têm vindo a ser recentemente desenvolvidos por Norman Bennett ou por Paul Duguid, bem como o estudo evolutivo da comunidade britânica do Porto (Ribeiro, 1990; Lave e Duguid, 1994).

Num sector de importância económica crucial, dotado desde muito cedo de instituições de intervenção do Estado, em que abunda, pelo menos desde o século XVIII, uma produção documental ligada às empresas e às instituições de tutela, surpreende a falta de monografias empresariais e institucionais, a começar pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, cuja actividade tão profundamente marcou a região e o sector durante mais de um século.

Ao definirmos as linhas gerais do programa de investigação da equipa de história contemporânea do GEHVID, procurámos seleccionar um conjunto de questões centrais para um estudo de conjunto sobre a região demarcada e o sistema do vinho do Porto, centrando-nos sobretudo no período de viragem oitocentista, estabelecendo como limites cronológicos o fim do governo pombalino (1777) e o período de reorganização pós-filoxérica (finais do século XIX-início do século XX). Para o nosso século, solicitámos a colaboração de François Guichard, investigador do CNRS e da Universidade de Bordéus III, que, desde há vários anos, vem dirigindo um projecto plurianual de estudo da viticultura portuguesa, no âmbito do Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia.

2. A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Uma primeira linha de pesquisa centra-se nas transformações da noção de espaço regional duriense no século XIX em articulação com a expansão do vinhedo e com as alterações institucionais no sector do vinho do Porto.

Entre o final da época pombalina e o início do século XX, a região demarcada do Douro sofre profundas alterações, não só nos seus limites, mas também no seu sistema de relações. São conhecidas as linhas gerais dessa evolução desde o período pombalino até ao início do nosso século. Entre as «demarcações primordiais», estabelecidas em 1757-1761, que polarizaram em torno da Régua a zona produtora de vinhos finos e cuja fronteira mal ultrapassava o Pinhão, e a demarcação de 1908, que alargou o limite oriental do Tua até à fronteira, decorreu um longo processo de expansão vitícola. Conhecem-se também os factores que influenciaram nas vicissitudes do espaço regional: a prosperidade das exportações e a subida de preços, no último quartel do século XVIII, que pressionaram e justificaram as Demarcações Marianas, ou «subsidiárias», de 1788-1793 (Fonseca, 1996); a destruição do vinhedo tradicional do Baixo e Cima Corgo pela filoxera nas últimas décadas do século XIX, que pressionou a expansão vitícola no Douro Superior, numa época em que o regime liberal permitia as plantações de vinhedo nessa área e em que os novos meios de transporte facilitavam as relações com o Porto (Pereira, 1988).

No entanto a cronologia da expansão do vinhedo e das alterações na demarcação dá-nos apenas tendências e limites. Ora, parece-nos fundamental perceber

a noção de espaço regional duriense a outros níveis, articulando a expansão do vinhedo com as próprias diferenças intra-regionais e a percepção que delas tinham, em termos qualitativos, os contemporâneos, o que aponta, desde logo, para questões de gosto dos mercados consumidores. Assim, pretendemos prosseguir na linha da comparação das qualificações ao longo do tempo, baseando-nos na sugestão da geógrafa Paula Lema, que utilizou a opinião dos autores da época (Lema, 1980; Pereira, 1986 e 1991). Desde logo nos apercebemos de uma tendência nítida para a preferência crescente por vinhos cada vez mais fortes e encorpados, correspondente à progressiva valorização, ao longo do século XIX, da zona leste do Cima Corgo. O problema que se coloca é que, a partir de 1852, com a nova legislação fontista, desaparecem os arrolamentos feitos pela Companhia, sendo então necessário recorrer a outras fontes e provavelmente utilizar uma metodologia menos extensiva. Só no segundo quartel do nosso século, com os dados do cadastro da Casa do Douro, voltamos a ter uma fonte de informação que nos permite análises extensivas a toda a região.

Por outro lado, estamos convencidos que a análise do espaço regional não pode confinar-se aos aspectos derivados da regulação estabelecida pelos organismos de tutela. A produção do espaço regional é também fruto de conflitos e de relações de força que se jogam em cada momento. Porque a região é, antes de mais, um «produto histórico», como nos ensina o mestre Orlando Ribeiro, ela é fundamentalmente o resultado da acção que os grupos humanos nela desenvolveram, a forma como souberam ou quiseram, ao longo da sua história, utilizar um conjunto de técnicas, tradicionais ou inovadoras, na organização do seu território e nas relações deste com o exterior, criando identidades e diferenças. Neste sentido, consideramos fundamental estudar não só a evolução do vinhedo e suas qualificações, mas sobretudo o conjunto de relações de poder, de solidariedade e de conflito que se foram desenhando a cada momento. As relações entre o Douro e o Porto, obviamente. Mas também, no interior da região, entre «centro(s)» e «periferia(s)», «ribeira» e «montanha», zonas «de feitoria» (com benefício) ou zonas «de ramo». E, além disso, atender aos desvios inovadores, por vezes em ruptura com as normas definidas na legislação, dos que ousam investir em espaços novos, lançando, em certos casos, movimentos decisivos, como aconteceu com as Quintas do Silho ou do Vesúvio, no primeiro quartel do século passado.

3. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DURIENSE

Um segundo leque de problemas que pretendemos abordar prende-se com a evolução da população duriense. A obsessão com as questões vitivinícolas, quando se fala do Douro, tem feito esquecer os homens, numa perspectiva que

não seja a de figuras literárias de míticos mártires ou heróis. Antes de mais, com as fontes de informação disponíveis, é necessário começar por conhecer a simples evolução dos efectivos regionais. Guerra Tenreiro tentou fazê-lo (Tenreiro, 1942-45), mas utilizou, infelizmente, dados pouco seguros, sem as devidas precauções, não atendeu às diferenças intraregionais e à distribuição da população no espaço, e sobretudo partiu de pressupostos que necessitam de revisão.

As *Memórias Paroquiais* de 1758, as *Descrições* de finais de Setecentos, como as de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, D. Joaquim de Azevedo, Rebelo da Fonseca e outros, os *Recenseamentos* de 1801-02, as diversas estimativas populacionais publicadas, ao longo da primeira metade do século XIX, nos *Diários do Governo* da época, ou as mais credíveis que figuram nos *Relatórios dos Governos Civis* para a década de 1850 e, depois, a partir de 1864, os *Recenseamentos Gerais da População* constituem um manancial de informação a explorar.

Além da análise da evolução dos efectivos, procuraremos caracterizar os comportamentos demográficos – a natalidade, a nupcialidade e a mortalidade – e sobretudo os movimentos espaciais da população, não apenas as fugas emigratórias às grandes crises, mas também os movimentos internos entre as freguesias da «ribeira» e da «montanha», os movimentos pendulares e sazonais e a imigração dos bandos galegos, que, em finais do século passado, chegava a atingir, em certas freguesias de maior intensidade vinhateira, como Covas do Douro, cerca de 20% da população total.

Interessa-nos ainda conhecer a estrutura da população, bem como a sua distribuição no espaço regional, os que vivem nas aldeias, nas vilas e nas cidades, e a respectiva diferenciação de comportamentos.

4. A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE DURIENSE

Paralelamente, procuraremos estudar a evolução da sociedade duriense, o processo de desamortização da propriedade na região, o seu impacto na mudança das estruturas sociais e o reforço da dependência regional face ao Porto, com os investimentos de capitais portuenses na zona produtora.

A história social do Douro está praticamente no grau zero. A história institucional e o discurso regionalista obscureceram e homogeneizaram a sociedade duriense, apresentada quase sempre como uma «nebulosa» de interesses e aspirações de «lavradores» ou viticultores, em oposição aos negociantes e ao Porto. A literatura etnográfica, o romance, a própria fotografia, dão-nos imagens dos quotidianos, dos grupos e das relações sociais, mas não possuímos ainda estudos históricos fundamentados sobre a evolução da sociedade vinhateira. Este será, por isso, um dos domínios em que iremos intensificar a nossa atenção.

Num século marcado por profundas transformações jurídico-sociais e pela instabilidade decorrente já das vicissitudes políticas já das crises económicas, importa conhecer não só como se estruturava a sociedade duriense, mas a forma como os diversos grupos reagiram à mudança social. Como é que decorreu, por exemplo, o processo de desamortização da propriedade na região (primeiro dos bens dos conventos, nos anos trinta, depois, na década de sessenta, dos vínculos nobiliárquicos e dos baldios dos concelhos e das paróquias)? Temos considerado mais importante o segundo momento, já que concomitante aos efeitos das doenças da videira (o oídio e sobretudo a filoxera) que parecem ter tido um impacto decisivo sobre o processo de mobilidade da terra (Pereira, 1988), mas é importante avançar para uma visão mais alargada do fenómeno desamortizador, recuando a períodos anteriores à implantação do liberalismo, como o início do século XIX e mesmo a época de Pombal (em que foram confiscadas e alienadas pelo Estado diversas propriedades – dos Távoras, de Gonçalo Cristóvão, etc.). Que impacto teve o processo desamortizador na reorganização da cúpula social? Terão acelerado a dependência regional face ao Porto, com os investimentos de capitais portuenses na região vinhateira? Contribuíram para a criação de uma nova mentalidade empresarial na gestão das explorações vitícolas? Que inovações técnicas introduziram? E como se articularam essas mudanças técnicas com as tradições locais?

Por outro lado, não poderá desprezar-se o estudo, numa perspectiva dinâmica, das relações entre os diversos agentes sociais em presença, ultrapassando a matriz dicotómica reducionista da relação entre produtores em geral e negociantes em geral. Mesmo num sector fortemente regulamentado desde muito cedo cruzam-se níveis informais de mercado, níveis de auto-consumo e níveis fortemente relacionados com o mercado internacional. Em todos esses níveis, como nos ensinou Braudel, cruzam-se produtos, agentes económicos, poderes, informações, que produzem e reproduzem hierarquias sociais, com comportamentos e discursos mais ou menos específicos, mas de visibilidade desigual. Nas suas relações quotidianas, como se articulava a grande exploração vinhateira, a quinta, com os pequenos produtores que lhe vendiam as uvas «ao cesto» ou o vinho «à bica do lagar», ou com as famílias que associavam, por vezes, a produção de pequenas parcelas em regime de autoconsumo com o trabalho assalariado, em certas fainas do ciclo da vinha? E os jornaleiros sem terra? E os artesãos? E os grupos vindos de fora, como os galegos?

Das relações da vida material, teremos, depois, de passar às sociabilidades. É sabido que o associativismo agrícola teve sempre no Douro fraca expressão, como, de resto, em todo o país. Mas não serão discerníveis patamares mais ou menos informais de sociabilidade, cuja persistência poderá ter mesmo dificultado o associativismo moderno? Deverão, naturalmente, distinguir-se as sociabilidades aldeãs das das vilas e cidades. Há que contar neste domínio com a indigência e

desorganização dos arquivos, mas também é verdade que muita documentação existente na região está por explorar, na perspectiva da história social.

5. A EVOLUÇÃO DA VITICULTURA E DOS PROCESSOS DE VINIFICAÇÃO

Um dos temas centrais do nosso projecto será, obrigatoriamente, a evolução da cultura vinhateira. Buscaremos sobretudo confrontar a emergência de uma cultura enológica inovadora com os saberes tradicionais e destacar as implicações sociais das mudanças técnicas ocorridas no século XIX. Graças às descrições da época (Fonseca, 1791; Girão, 1822; Vila Maior, 1876; Vilarinho de S. Romão, 1896; e outros), conhecemos relativamente bem a evolução da cultura da vinha e das práticas de vinificação, o aparecimento das doenças da videira e a introdução e difusão de meios de combate a essas epifitias. As transformações impostas pela filoxera, com a introdução de porta-enxertos americanos, e novas formas de armação dos terrenos, com a disposição regular dos bardos e a construção de socalcos mais largos, tiveram quer um impacto decisivo na paisagem quer implicações importantes na cultura da videira. É também nesse sentido que se pode falar de uma verdadeira reinvenção do Douro vinhateiro no século XIX. Novas formas de tratar os solos, novas formas de plantação, novas operações de tratamento. Foi preciso reaprender muita coisa. A questão que se coloca é a de saber como se processou essa aprendizagem, o que remete para as experiências pioneiras e sua difusão e, mais uma vez, ao nível da circulação das informações, para a relação entre a cultura vitícola inovadora e a cultura tradicional, confrontando a capacidade de afirmação da primeira e as resistências da segunda. Também aqui pensamos ser de toda a utilidade uma análise diferencial, porque as inovações técnicas não são processos homogêneos e instantâneos. Sucedem em tempos e ritmos diferenciados, consoante os grupos sociais e os espaços. E, por outro lado, as mudanças técnicas não deixam de ter implicações sobre a própria estrutura social, como sobre os hábitos dos vários agentes envolvidos.

Estas observações aplicam-se tanto às transformações técnicas na viticultura como às mudanças no processo de vinificação. Mas, neste caso, é a própria cronologia que necessita de ser afinada. Há um fundo de verdade na explicação de Forrester, segundo a qual a difusão do novo processo de vinificação estaria relacionada com a excepcional qualidade da colheita de 1820, «em que todos os vinhos foram naturalmente (e fora do costume) cheios, doces e saborosos» (Forrester, 1844). Os viticultores, estimulados pela grande procura de vinhos semelhantes aos de 1820, teriam sido levados a imitarem, nas colheitas seguintes, por processos artificiais, esses vinhos. De facto, a evolução para vinhos mais doces, através da prática da adição de aguardente durante a fermentação do mosto, parece ter-se expandido por essa altura. Mas a importância da novidade de 1820

como causa imediata do «novo processo de vinificação» parece ter sido exagerada por Forrester. A polémica entre «vinhos secos» e «vinhos doces», que ressurge na primeira metade do século XIX, é bem mais antiga, remontando pelo menos ao século anterior (Pereira, 1991). Por outro lado, a produção de «vinhos finos» secos, com pouco ou nenhuma adição de aguardente, correspondentes ao «processo antigo», com um prolongado trabalho de lagar (cerca de 72 horas), continuará a ser cuidadosamente recomendado por alguns grandes proprietários para os seus melhores vinhos (é o caso, por exemplo, dos da Quinta do Vesúvio, de D. Antónia Adelaide Ferreira, em relação aos quais se recomendava, por vezes, que fossem produzidos com especial cuidado, mas sem aguardente). O «novo processo de vinificação» e os vinhos doces acabarão por impor-se, na segunda metade de Oitocentos. Mas penso que não devemos perder de vista que, como na história de outros grandes vinhos, o aperfeiçoamento das técnicas de vinificação foi, no caso do vinho do Porto, um processo longo e não linear. Pela mesma razão, não é aceitável nem compreensível que se continue a considerar o vinho do Porto como uma invenção dos ingleses, ensinada por estes aos durienses, como querem certos autores anglo-saxónicos. Com isto não pretendemos negar a importância decisiva da participação inglesa no negócio do vinho do Porto, que contribuiu quer para a afirmação de uma imagem de prestígio internacional quer para a valorização de determinados tipos de vinhos. Constituindo então a Inglaterra o grande mercado consumidor de vinho do Porto, a procura de vinhos durienses pelos negociantes ingleses não poderia deixar de reflectir as preferências dos seus clientes, valorizando certos tipos em detrimento de outros, o que, naturalmente, induziu os viticultores a produzirem os seus vinhos de acordo com as orientações do gosto inglês.

6. OS NEGOCIANTES DO PORTO

Uma análise global do «sistema do vinho do Porto» no século XIX não poderia, por essas e por outras razões, desprezar o estudo do sector comercial. Como já referimos, dispomos de excelentes trabalhos de história económica neste campo. Mas o mesmo não sucede no plano da história social. Apesar de numerosas obras sobre a comunidade inglesa do Porto, não temos uma visão de conjunto actualizada. E, tal como apontámos em relação à sociedade duriense, será preciso discernir, no mundo dos negócios do vinho do Porto, a pluralidade de agentes e estratégias que aí se movimentam. Por outro lado, a análise das relações entre as empresas exportadoras e os viticultores tem sido muito marcada por um discurso institucional de conflito, redutor dos interesses em presença. De um lado, os lavradores, do outro, os negociantes. Ora, numa análise histórica mais fina esta dicoto-

nia acaba por obscurecer muitas estratégias de sucesso que passaram precisamente por alianças tácitas (ou mesmo contratuais) entre negociantes e vinhateiros. É o que nos ensinam os recentes trabalhos de Paul Duguid a propósito das relações entre a Sandeman e os Ferreiras, nos anos trinta do século passado. É necessário aprofundar ainda o conhecimento sobre os agentes mediadores dessas relações: os comissários, os rendeiros, os simples «ajuntadores», etc.

Nestes domínios, além do nosso colega Jorge Martins Ribeiro, que tem trabalhado sobre a comunidade inglesa do Porto no século XIX (Ribeiro, 1990), esperamos contar também com a colaboração de Norman Bennett, da Universidade de Boston, e de Paul Duguid, da Universidade de Berkeley, que têm vindo a desenvolver excelentes estudos sobre os negociantes de vinho do Porto no século XIX, com base nos fundos documentais das empresas exportadoras.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, António – *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*, «Análise Social», vol. XXIV, (100), Lisboa, 1988, (1º), p. 373-390.
- BENNETT, Norman – *The wine producers of the Upper Douro, 1780-1815* (comunicação apresentada a «Duquesne History Forum», Pittsburgh), 1986.
- BENNETT, Norman – *The Golden Age of the Port Wine System, 1781-1807*, «The International History Review», XII (2), Simon Fraser University, Maio 1990, p.221-248.
- CABRAL, Afonso do Vale Pereira Coelho – *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*, «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 6º ano, nº. 3, Lisboa, 1895.
- CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de – *Mappa do estado actual da provincia de Trás-os-Montes*, publicado por MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, INIC/Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra, 1981.
- COMISSÃO Especial encarregada de estudar a questão vinhateira do Douro – *Relatório da...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *Práticas culturais nos vinhedos durienses antes e depois da invasão filoxérica*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», Porto, I.V.P., 1940, p. 31-63.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *As demarcações marianas no Douro vinhateiro*, Porto, IVP, 1996.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da; GALHANO, Fernando; PIMENTEL, E. Serpa; ROSAS, J. António – *O vinho do Porto. Notas sobre a sua história, produção e tecnologia*, Porto, IVP, 1981.
- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – *Descrição económica do Território que vulgarmente se chama Alto Douro*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. III, Lisboa, 1791, p. 36-72.

- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – *Memória sobre o estado da Agricultura, e Comércio do Alto Douro*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. III. Lisboa, 1791, p. 73-153.
- FORRESTER, Joseph James – *Uma ou duas palavras sobre Vinho do Porto dirigidas ao Público Britânico em geral, e com especialidade aos particulares; mostrando como e por que é adulterado, e apontando alguns meios de se conhecerem as adulterações por um residente em Portugal há onze anos*, Porto, Tip. Comercial Portuense, 1844.
- GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Tratado teórico e prático da agricultura das vinhas, da extracção do mosto, bondade, e conservação dos vinhos, e da destilação das aguardentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1822.
- GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe – *Vins, vigneronns et cooperateurs de Bordeaux et de Porto*, Paris, CNRS, 1985.
- LAVE, Jean; DUGUID, Paul – *A Produção de Famílias. O Comércio na História*, «DOURO – Estudos & Documentos», vol. I (1), Porto, 1996.
- LEMA, Paula Bordalo – *O Alto Douro*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1980.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização*, «Análise Social», vol. XXIV, (100), Lisboa, 1988, (1º), p. 391-429.
- MARTINS, Conceição Andrade – *A filoxera na viticultura nacional*, «Análise Social», vol. XXVI, (112-113), Lisboa, 1991, (3º-4º), p. 653-688.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990.
- MONTEIRO, Manuel – *O Douro. Principais Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, Imprensa Moderna, 1911.
- MOREIRA, Vital – *Nas Origens da Casa do Douro*, «Cadernos da revista DOURO – Estudos & Documentos», Porto, GEHVID, 1996.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *As Quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*, «Revista de História Económica e Social», nº. 13, Jan.-Jun., 1984, p. 13-49.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII*, in *Actas das I Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia*, Porto, CENPA, 1986, p. 93-118.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *L'Alto Douro à l'époque du phylloxera*, (1988), in *L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Paris, CNRS, 1991, p. 357-372.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco*, Porto, Afrontamento, 1991.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *A Região do Vinho do Porto. Origem e evolução de uma demarcação pioneira*, «DOURO – Estudos & Documentos», vol. I (1), Porto, 1996 p. 177-195.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971.
- RIBEIRO, Jorge Martins – *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.
- SANTOS, Júlio Eduardo dos – *O vinho do Porto. Seu passado, presente e futuro. Produção, comércio, estatística*, Lisboa, Tip. Universal, 1916.

- SELLERS, Charles – *Oporto old and new*, Londres, Herbert E. Harper, 1899.
- SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1978.
- TENREIRO, A. Guerra – *Douro. Esboços para a sua História Económica*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1942-1944.
- VILA MAIOR, Visconde de – *Ampelografia e Enologia do Douro*, «*Archivo Rural*», vol. VIII-IX, Lisboa, 1865-1866.
- VILA MAIOR, Visconde de – *O Douro Ilustrado*, Porto, Magalhães & Moniz, 1876.
- VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de – *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes e Alto Douro Central*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- VIZETELLY, Henry – *No País do Vinho do Porto* (trad. port. do capítulo «In the Port Wine Country», da obra *Facts about Port and Madeira*, Londres, 1880), Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1947.

